



Balanço dos Encontros Regionais de 2010

Entre Outubro e Novembro de 2010 o Fórum Brasileiro de Economia Solidária realizou cinco Encontros Regionais: Nordeste em Maceió/AL, Sul em Porto Alegre/RS, Centro-Oeste em Campo Grande/MS, Sudeste em Teresópolis/RJ e Norte em Manaus/AM, nos quais participaram cerca de 173 membros dos fóruns locais de economia solidária. Foram ricos momentos de troca de experiências, socialização e identificação dos fóruns estaduais em cada região.

Os Encontros foram etapas preparatórias para a X Reunião da Coordenação Nacional e tiveram como pautas principais:

1. Leitura e análise da conjuntura política e balanço do período, a partir da realidade de cada estado e região, tendo em vista as bandeiras do FBES (aprovadas na IV Plenária) e as 6 linhas de ação do triênio (aprovadas na VIII Reunião da Coordenação Nacional)
2. Devolução, discussão e nivelamento a respeito dos resultados da IV Plenária
3. Convergência e Balanço da situação dos fóruns estaduais, municipais e microrregionais da região de acordo com os critérios aprovados na IV Plenária
4. Debate sobre a criação do Selo da Economia Solidária
5. Construção de estratégias para conquistarmos a Lei da Economia Solidária
6. Balanço dos programas governamentais de Economia Solidária na perspectiva do movimento

Com o objetivo de sistematizar os resultados destes intensos debates e reflexões, segue abaixo uma síntese de cada ponto de pauta para que sirvam de resgate e acúmulo para a realização da X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, agendada para 18 a 20 de agosto de 2011 em Brasília-DF, após a participação na Marcha das Margaridas nos dias 16 e 17 de agosto.

Boa Leitura!

1. Leitura e análise da conjuntura política e balanço do período, a partir da realidade de cada estado e região, tendo em vista as bandeiras do FBES (aprovadas na IV Plenária) e as 6 linhas de ação do triênio (aprovadas na VIII Reunião da Coordenação Nacional)

Nesta pauta os fóruns locais partiram de um debate sobre o cenário pós eleitoral, analisando as perspectivas para a economia solidária junto ao próximo governo federal e estaduais eleitos. Para uma visão mais clara de nossa força no Congresso Nacional cada estado sinalizou os deputados federais e senadores sensíveis e comprometidos com a causa da economia solidária. Isso resultou num levantamento de 150 deputados federais (108 sensíveis e 42 comprometidos à causa) e 24 senadores parceiros (19 sensíveis e 5 comprometidos à causa). As planilhas estão disponível no site do FBES:

<http://miud.in/KZn> e <http://miud.in/KZo>

A mobilização do movimento de economia solidária nas eleições e para a vitória da presidenta Dilma no segundo turno foi um momento de maturidade e fortalecimento, quando nos colocamos como atores e mostramos nosso posicionamento com autonomia neste processo político. Enquanto movimento social temos um papel fundamental nas lutas sociais e no enfrentamento pela nossa proposta de desenvolvimento e por outra economia. Nos Encontros foi visto com otimismo o resultado das eleições federais, ponderando a necessidade de permanente diálogo e pressão social de base junto ao novo governo.

Mesmo antes da posse de Dilma a questão da possível junção entre economia solidária e microempreendedorismo estavam em debate. Os Encontros Regionais do Sul e Sudeste marcaram a diferença e incompatibilidade dos dois projetos políticos, negando a entrada da economia solidária num futuro ministério de microempreendedorismo, reforçando a defesa de nossos princípios e identidade, mesmo reconhecendo que na prática de hoje e na solução de problemas de viabilidade há aspectos convergência, como no momento da legalização do empreendimento solidário enquanto MEI, aspecto ainda a ser superado por uma legislação para os EES. Neste ponto, também foi levantado a questão do desafio da interação entre a economia popular e a economia solidária, haja visto que a economia popular também sofre com as políticas neoliberais e a redução dos espaços públicos populares.

Todos os Encontros afirmaram a necessidade de cumprimento das resoluções da II CONAES e da construção do ministério ou secretaria especial de economia solidária, destacando que no Encontro do Sudeste e do Norte foi colocada a necessidade de se apresentar ao novo governo, ao Congresso e a presidenta as nossas propostas e bandeiras.

Balanço por Linhas de Ação

Todas as linhas de ação continuam sendo desafios constantes na construção do FBES junto ao fortalecimento da organização e articulação do movimento de economia solidária.

- 1. Fortalecimento político e organizacional dos Fóruns Estaduais, consolidação/constituição de Fóruns microrregionais e municipais para maior integração e interiorização do FBES, e articulação macrorregional entre Fóruns Estaduais*

Houve reconhecimento de que estamos mais fortes na organização e na comunicação entre os fóruns. A maioria dos Encontros sinalizou avanços no eixo da formação e na disseminação da cultura solidária nas bases, que é fundamental para a participação de mais pessoas no movimento.

O fortalecimento dos fóruns passa por atender aos diversos critérios de reconhecimento e avaliação dos fóruns locais (pauta 3 do Encontro Regional), por exemplo: criando secretaria executiva, definindo regimento interno, criando grupos de trabalho, etc. Além da realização de um planejamento coletivo do Fórum, com calendário de ações e reuniões periódicas. A maioria dos fóruns têm sua dinâmica com reuniões mensais, e nos casos com dificuldades de articulação e dinâmica de trabalho forma-se uma comissão de reestruturação.

No Encontro Nordeste e em estados de outras regiões ficou avaliado que os fóruns ainda estão centralizados nas capitais e nas áreas urbanas, principalmente devido a dificuldade de locomoção dos membros do interior, aspecto que pode ser solucionado com a realização de fóruns itinerantes e na articulação com atores e parceiros do interior. Já no Sudeste e no Sul foi consenso a necessidade de se criarem e fortalecerem fóruns municipais, para que haja maior capilaridade, interiorização e permita a criação de fóruns microrregionais e regionais com maior acúmulo de representação, ação que teve encaminhamento em Minas Gerais e em Santa Catarina, por exemplo.

Outro diagnóstico levantado é da grande rotatividade dos atores/atrizes nos fóruns, o que provoca descontinuidade nos processos e no trabalho construído. Outra preocupação é manter a troca das representações e mandatos com qualidade e acúmulo.

Com relação a formação e articulação de fóruns macrorregionais isso passa por se construir uma identidade regional, com outras lutas comuns que se somam a economia solidária, por exemplo, no Centro-Oeste com a identidade e a defesa do cerrado, com a economia a serviço da vida e da preservação ambiental, no combate aos interesses do capital e do agronegócio. No Norte, de forma similar sobre a preocupação ambiental, somado a contestação do modelo de grandes projetos desenvolvimentistas. À questão da identidade também requer reforçar a articulação entre os atores/atrizes do movimento e, conseqüentemente, por viabilizar mais encontros regionais por ano, além de manter uma comunicação entre os fóruns de cada região: trocando informações, documentos e experiências, conforme encaminhado no Encontro do Centro-Oeste, criando uma comunidade no Cirandas e através de reunião virtual periódica da região.

A criação de novos fóruns também ocorreu no triênio, com destaque aos estímulos da mobilização para construção da II CONAES e no processo de formação da Rede de Educadores, mas foi consenso que ainda temos muito o que caminhar tanto para fortalecer os fóruns existentes, quanto para criação de novas articulações locais.

Outro ponto a ser superado são as disputas, concentração de poder e as brigas internas nos fóruns, que podem estar relacionados ao “aparelhamento” por certos interesses individuais, partidários e privados, o que prejudica a construção de um movimento autônomo, apartidário e autogestionário.

II. Fortalecimento dos empreendimentos solidários como atores econômicos nos territórios, buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento

É recorrente a afirmação de que fortalecer os empreendimentos é fortalecer os fóruns e fortalecer os fóruns é fortalecer os empreendimentos, e isso vem sendo feito pela maioria dos fóruns no último triênio, mantendo-se como uma das

principais preocupações o fortalecimento dos empreendimentos solidários enquanto sujeitos desta outra economia.

Dentre as ações realizadas neste sentido estão as diversas atividades de formação, feiras e o comércio justo e solidário, com o desafio de conseguir pontos fixos de comercialização e garantir a formação de novos empreendimentos por empreendimentos, sem que os grupos participem dos fóruns apenas devido a comercialização ou por uma questão meramente financeira.

Foi identificado que há uma série de iniciativas de redes produtivas solidárias, o que é um avanço, mas que falta interação com os fóruns e formação política das mesmas.

Além disso, o Cirandas é uma ferramenta importante para a organização em rede e divulgação, mas ainda temos o desafio de sua apropriação e empoderamento pelos EES. De forma semelhante também foi colocada a dificuldade de acesso e pesquisa no site do FBES.

Enquanto atuação mais direta, alguns fóruns locais já mantem articulação com Bases de Serviço de Comercialização (BSC), como Bahia, Alagoas e Piauí, o que impulsiona o contato com mais empreendimentos e a articulação entre o urbano e o rural. No entanto, ainda permanece o desafio de formar e consolidar redes de logística nos estados e ampliar as articulações com as BSC, aspectos que permitem sustentabilidade para organização em rede. Foi destacado no Encontro Norte o desafio de desenvolvermos matriz econômica própria nos mais diversos campos de produção e serviços, permitindo independência para além de projetos de governo.

O campo de finanças solidárias teve um menor grau de apropriação e enquanto bandeira defendida pelos fóruns, inclusive sendo pouco citada nos Encontros. Outra dificuldade citada é com relação ao entendimento dos EES do significado de redes e cadeias produtivas solidárias, o que pode ser resolvido enquanto tema de formação.

III. Proposição, mobilização e incidência para políticas públicas de reconhecimento e fomento da economia solidária como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento. Também com incidência regional

Foi consenso nos Encontros a necessidade de iniciar um processo de diálogo e articulação com os novos parlamentares, tanto para não perder as conquistas, quanto para avançar nas políticas públicas de economia solidária no sentido de torná-las políticas de governo, permanentes e institucionalizadas. O desafio é manter a força política de mobilização e pressão com diálogo e protagonismo. Um exemplo de atuação de alguns fóruns municipais e microrregionais que realizaram aproximação com o governo local tiveram ações de encaminhar carta a Câmara de vereadores, visita as secretarias, audiências públicas e convite ao governo para participação no fórum.

Cada estado trouxe um panorama da sua situação junto ao governo e na legislação estadual, que na época estavam:

Lei estadual aprovada e regulamentada:

PE, RN, SC, MG, MT, RO, MS, AC

Lei estadual em tramitação (seja em Projeto de Lei ou faltando regulamentar):

BA, PI, SE, PB, MA, AL, PR, RS, ES, RJ, GO, DF, PA, TO

Processo não iniciado:

CE, SP, AP, RR, AM

Mesmo nos estados em que a lei foi aprovada, foi unânime a necessidade de manter a pressão e organização para que a lei seja implementada e cumprida dentro dos princípios da economia solidária; e com as trocas de governo, ampliam-se as dificuldades em manter as conquistas e avançar nos desafios.

Na maioria dos estados a legislação ainda está nas burocracias e disputas estaduais, sendo poucos os marcos regulatórios efetivos existentes, o que impacta

na sobrevivência dos EES, visto que o marco legal atual não reconhece e não regulamenta os grupos solidários, sem possibilitar que participem de licitações e compras públicas. Este é uma das principais barreiras para o desenvolvimento econômico das iniciativas solidárias, permanecendo o desafio de lutarmos pelo nosso marco legal, e ainda, o desafio de capacitar os empreendimentos para acessar a legislação e as políticas públicas existentes, bem como na capacitação para escrita de projetos para que os EES sejam autônomos na busca de apoio externo.

Neste sentido, existe a necessidade de apresentar e organizar nossas propostas aos parlamentares, de cobrar pelas políticas sem entrar num jogo político de interesses. Temos ter claro que uma frente é o enfrentamento e outra frente é a negociação com impessoalidade, mantendo a atenção de dialogar com o governo sem esvaziar o movimento.

Foi intensa a atuação dos fóruns locais em sensibilizar os governos locais e estaduais no triênio, ficando claro que as conquistas obtidas até aqui foram frutos de muita militância, pressão e construção coletiva.

Ainda sobre a incidência nas políticas públicas ficou diagnosticado que são poucos os estados com conselhos e secretarias em funcionamento, e dos que existem pouca é a sua atuação e abrangência, por isso, temos que continuar lutando por espaços de controle social. Junto aos gestores os desafios ainda são grandes, porque poucos sabem o que é a economia solidária, e a atuação com políticas de economia solidária ainda dependem da militância dos gestores dentro do aparelho do estado. Também foi colocada a necessidade de um maior diálogo da Rede de Gestores com os fóruns para auxiliar nesta questão e na elaboração de políticas públicas locais.

Um dos avanços do triênio foram as políticas públicas nacionais de economia solidária presentes na maioria dos estados, como comercialização e formação, geridas pela Senaes, com o desafio de 'estadualizar' as políticas que deram resultados positivos. As parcerias com a SRTs também foram colocadas, sendo a sede de alguns fóruns locais, viabilizando sua infraestrutura, mas por outro lado, gerando dependência.

Quanto as políticas públicas desenvolvidas avaliou-se que não atenderam diretamente as necessidades dos empreendimentos na sua estruturação produtiva e com recursos, além das políticas em curso serem fragmentadas, o que fragiliza os EES. Outra dificuldade é que muitos EES não estão empoderados sobre as políticas públicas em andamento, sem poderem cobrar pelas mesmas.

Além disso, mesmo as políticas atuais não chegam aos EES mais distantes das capitais, exceto para os empreendimentos rurais através da política do PAA e PNAE. Foi colocado a necessidade dos mesmos benefícios ao setor rural via PAA e PNAE cheguem a todos os EES solidários, também nas áreas urbanas.

Por fim, também foi recordada a atuação do FBES na realização da II CONAES, principalmente para a mobilização, incidência e contribuição no resultado.

IV. Divulgação da Economia Solidária junto à sociedade pela construção de outro modelo de desenvolvimento

Nas avaliações esta linha ainda segue como um dos desafios, sendo levantada a necessidade de termos estratégias mais claras de diálogo com a sociedade e de nos colocarmos com mais força no cenário político enquanto um movimento social, de resistência e de posição para mudar o país, sem sermos confundidos com outros atores sociais. Nos Encontros do Sul e do Norte, dentre os diversos apontamentos feitos, levantou-se que nosso diálogo ainda é interno, ou seja, entre os próprios atores/atrizes do movimento, gerando inclusive a realização de algumas feiras que não tem público.

Dentre as análises levantadas constatou-se que a comunicação é um item da formação, por exemplo, na questão da inclusão digital dos empreendimentos para aproveitarem as possibilidades da internet e no uso de instrumentos de divulgação e mídia geral. Além de que a divulgação é resultado da militância, da postura militante perante a sociedade, comunicando o que somos e o que fazemos.

Como estratégias levantadas para a divulgação foram: utilizar rádios comunitárias permanentemente; comunicar ao público em geral nossa diferença, que trabalhamos coletivamente e que somos um movimento social organizado; usar as etiquetas e as feiras enquanto momentos de comunicação com o público; usar jornais de bairro; parceria com outros atores locais, como igrejas por exemplo, e ter um informativo impresso.

Avaliou-se que a Campanha da Fraternidade de 2010 favoreceu a divulgação, por outro lado, houve a crítica da pouca integração da campanha com os fóruns após a fase da elaboração e por não ter ficado claro o significado da economia solidária e do movimento, com o uso de economia da comunhão que não nos representa.

V. Articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada alinhados na construção de outro modelo de desenvolvimento e criação de espaços de articulação e alianças internacionais para o fortalecimento da Economia Solidária mundialmente, em especial na América Latina

É claro para todas/os a importância de nos somarmos as outras lutas e aos outros movimentos sociais de esquerda em atividade, isso é algo estruturante para a construção de um modelo de sociedade solidário, justo e sustentável, o que passa por reconhecermos os movimentos aliados e ter uma mútua identificação, ou seja, nós temos que incorporar as pautas dos outros movimentos, e eles também têm que incorporar a pauta da economia solidária.

Para nos transformarmos em um movimento social temos que convergir com outros movimentos sociais, e muitos dos atores/atrizes da economia solidária já participam de outras lutas e outros movimentos, a nossa base é diversa.

No geral há proximidade com movimentos sociais ligados a agroecologia, agricultura urbana e familiar, quilombolas, mulheres, catadores e estudantil. Outro avanço é que muitos movimentos já estão pautando a economia solidária. No entanto, há dificuldade de uma atuação permanente e contínua destes movimentos junto aos fóruns, ocorrendo muitas vezes um avanço natural pelas afinidades entre os grupos.

No Centro-Oeste a avaliação foi de que a articulação com outros movimentos sociais ainda é escassa, sendo muitas as dificuldades para efetivar uma agenda de ações em conjunto, predominando a desarticulação entre os atores. Como saída, a indicação foi por ampliar o trabalho de base e formação, inclusive nos municípios. No Nordeste a proposição foi do FBES criar um Grupo de Trabalho nacional de 'Diálogos e Convergências com movimentos sociais', junto aos movimentos sociais com os quais queremos nos aproximar mais.

Com relação as alianças internacionais, para a maioria dos fóruns isso é algo muito distante, os contatos ocorrem principalmente em Feiras como em Santa Maria, PanAmazônica e no Fórum Social Mundial. Há ciência de que somos referência internacional sobre economia solidária, mas faltam maiores informações e socialização sobre as articulações internacionais realizadas pelo FBES.

VI. Estratégias para a sustentabilidade e autonomia financeira dos Fóruns Nacional e Locais, nas dimensões: auto-financiamento; captação de recursos públicos; e cooperação internacional

É consenso que esta linha de ação segue como um dos grandes desafios do FBES, aspecto que perpassa outras pautas de fortalecimento dos EES, fóruns locais e do movimento, e que têm como resultado a consolidação da democracia interna nos fóruns, com maior capacidade de socialização de informações, conhecimentos e poder. Ainda dependemos de recursos públicos repassados por entidades de apoio para manter nossas atividades e isso é uma fragilidade para nossa sustentabilidade. Poucos são os fóruns estaduais e locais que têm projetos específicos ou fundo estadual de sustentação e que conseguem fornecer alguma ajuda de custo aos militantes.

Foi levantada a proposta do FBES elaborar projeto para manter as reuniões mensais dos fóruns estaduais, por exemplo com cooperadores internacionais. E também dos próprios fóruns estaduais elaborarem projetos.

Uma das conquistas do período foram as parcerias e integração com programas públicos para manutenção das atividades do fórum, por exemplo, via CFES. E também de entidades e governo que cedem espaço e infraestrutura mínima para reuniões.

Alguns fóruns conseguiram efetivar proposta de levantar fundo, por exemplo, através da venda de camisetas de economia solidária, taxa mensal fixa, rifas e repasse de 5% das vendas coletivas em estrutura de venda do fórum. Uma ponderação importante levantada é que a contribuição junto aos fóruns não pode ser vista como filantrópica ou de caridade, todos têm a obrigação de contribuir e trabalhar para autonomia de nossa organização. Colocar no papel o custo das reuniões é algo que pode ajudar na contribuição de todos.

2. Devolução, discussão e nivelamento a respeito dos resultados da IV Plenária

Houveram avanços na apropriação e encaminhamentos das deliberações da IV Plenária, e no reflexo local das diretrizes, capilarização e articulações com o poder público e outros atores.

Verificou-se que alguns estados ainda não conseguiram levar para as bases as conquistas na estruturação do FBES a partir da IV Plenária, principalmente o Centro-Oeste, e quando ocorreu, a viabilização deste debate foi promovido através do CFES ou outro programa parceiro. Deste modo, ainda temos o desafio de promover e socializar estes resultados e na apropriação sobre o significado e a estruturação do FBES.

Dentre as propostas levantadas sobre a pauta foram: que seja feita uma forma mais didática para apresentar nossa estrutura e funcionamento e que os documentos de referência do FBES sejam utilizados constantemente nas formações; além de manter a dinâmica de apresentação do FBES e das bandeiras a cada novo participante no fórum local.

Nesta pauta, o Encontro no Sul questionou a falta de proporcionalidade da representação entre coordenação nacional e coordenação executiva com relação ao número de empreendimentos e entidades, ponto que poderá ser modificado em uma próxima Plenária.

3. Convergência e Balanço da situação dos fóruns estaduais, municipais e microrregionais da região de acordo com os critérios aprovados na IV Plenária

O debate sobre os critérios permitiu que os fóruns estaduais visibilizassem e trocassem informações sobre seu funcionamento e prática, no sentido de aprenderem uns com os outros.

Enquanto encaminhamentos após a pontuação foi levantado que os fóruns devem atuar para melhorar e atender os critérios com pontuação mais baixa. Outra proposta foi pensar um prazo para se atender os critérios e os fóruns com pontuação positiva se empoderarem para ajudar os fóruns com maior dificuldade.

Vale ponderar que a interpretação da pontuação tem que ocorrer junto com argumentos e comentários e não apenas numérica.

Em um olhar mais grosseiro, a média geral de pontuação ficou em 1,75 nos critérios obrigatórios e de 1,6 nos critérios não obrigatório (numa pontuação de 0 a 3), o que pode significar um “razoável” no atendimento dos fóruns aos critérios estabelecidos em 2008 na IV Plenária. Para um olhar mais atento sobre como os estados pontuaram e atendem aos critérios segue em anexo a tabela completa e alguns comentários abaixo.

Há semelhança em alguns critérios pontuados pelos fóruns, no caso dos critérios com pontuação positiva, ou seja, que a maioria dos fóruns está atendendo adequadamente aos critérios são:

Críticas obrigatórias e de reconhecimento de um fórum local

Garantir a participação, no mínimo de 50% das mulheres como representantes dos empreendimentos e das entidades nas instâncias do Fórum Local.

Crítico melhor pontuado, as mulheres são mais dos que 50% de participantes e representantes nos fóruns locais, exceto para o estado do Acre.

Existir apenas um Fórum Local em sua região de abrangência (ou seja, apenas 1 fórum por estado, por microrregião, por município, etc.)

No Encontro do Sudeste este foi um ponto debatido, com a preocupação de criação de fóruns sem articulação em rede, com a necessidade de organizarmos melhor nossas ações. Apenas os estados AC, ES, RJ e AL consideraram que precisam avançar mais neste critério.

Democracia interna nas tomadas de decisão com base nos regimentos internos e carta de princípios do FBES (reuniões, atas, plenárias periódicas, entre outros)

Apenas os estados TO, RO, MT e DF consideraram que precisam avançar mais neste critério.

Orientar suas ações e mobilizações em torno das bandeiras do FBES

De uma forma geral, a maioria segue as bandeiras, sendo que o eixo mais desenvolvido pelos Fóruns foi a formação, seguida pela comercialização e consumo solidário e marco legal, a menos defendida foi a de Finanças. Muitos fóruns se organizam em comissões e grupos de trabalho nos temas principais. Apenas os estados PE e PI consideraram que precisam avançar mais no critério.

Garantir a ampla socialização dos debates e informações na sua região de abrangência

A maioria dos estados utiliza lista de grupos de e-mails como forma de comunicação principal, e a minoria utiliza reuniões virtuais. Uma estratégia usada por SC é realizar reuniões itinerantes, também usada por outros fóruns, além de levar um novo EES para as reuniões. Apenas os estados TO, PA, MT, GO, MS, RS, CE e SE consideraram que precisam avançar mais neste critério.

Composição diversa, com a presença e compromisso dos diversos atores da Economia Solidária na sua região de abrangência

Neste critério entra a questão da linguagem, aspecto levantado pelo Encontro do Sul para que seja utilizada a linguagem popular, fácil de entender e sem siglas, para facilitar a entrada e permanência de novos membros. Apenas os estados do AP, RO, PR e CE mantêm dificuldades no critério.

Garantir a qualidade das suas representações, tanto para levar deliberações do estado quanto para repassar decisões nacionais ao FEES. Além disso, garantir que suas/seus representantes não representem apenas o seu segmento, mas o conjunto do Fórum Local, e evitem acumular muitas funções de representação

A maioria consegue efetivar o significado da representação e de seus representantes, no entanto, com os estados de TO, MT, DF, GO e PR com maiores dificuldades. Foi destacado a importância de não sobrepor representações nos espaços, e ainda, a importância de manter reuniões periódicas para alimentar e subsidiar os representantes dos estados, isso porque a representação é uma responsabilidade de todos, é o resultado da participação dos membros do fórum. Se ocorre centralização isso é reflexo de como o fórum está organizado, tem que ter cobrança e comprometimento de ambos os lados.

Dialogar e articular-se com outros Fóruns Locais de economia solidária (de outros estados ou regiões)

Os estados se dividem neste atendimento, os que conseguem atender são: TO, PA, AM, AC, MS, AL, BA, SE, PE, MT, DF, PR, RS e RJ. E grande parte ocorre devido aos programas públicos em andamento e aos eventos.

Crerios de Avaliao (no obrigatrios)

As coordenaes estaduais terem representantes das microrregies

A maioria consegue ampliar territorialmente as representaes, apenas os estados de TO, RR, RO, PR, CE e DF mantm dificuldades.

Ampliar a articulao com outros atores e fruns de outras temticas da regio de abrangncia (incluindo os de polticas territoriais do MDA/SDT) para construo de propostas e lutas conjuntas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local, conhecendo e se envolvendo com a conjuntura dos movimentos sociais, das lutas e dos problemas enfrentados no campo de atuao da economia solidria.

Este critrio o que consolida a atuao dos fruns locais na transversalidade, participando de outros espaos e contribuindo com o tema da economia solidria, permitindo somar foras polticas e de enfrentamento. Um exemplo de atendimento ao critrio o Paran, que mantm articulao com o Consea atravs de representao e nos fruns de Piau e Alagoas h articulao com BSC. Outros estados tambm mantm parceria com a Recid, alm de contato com sindicatos e movimentos sociais, como quilombolas, mulheres, moradia, sade mental, etc. Os fruns estaduais que colocaram uma boa pontuao foram: AP, PA, AM, AC, AL, MA, MT, GO, MS, ES, RJ e CE.

Ser um espao que aglomere diferentes foras e sujeitos do campo da economia solidria na sua regio de abrangncia

Os fruns que tm dificuldade neste critrio so: TO, AC, RR, DF, PR, SE, MA e PB.

Ser um espao de formao dos militantes da economia solidria: Realizar encontros e oficinas especficos de capacitao de seus integrantes, conscientizar seus integrantes de que fazem parte de um movimento social e estimular que conheam os outros movimentos sociais da sua regio de abrangncia

Apenas os fruns de PA, RO, DF, MT e BA consideraram no atender ao critrio. O avano na formao foi significativo, com suporte de projetos que viabilizaram sua efetivao. Alm disso, o prprio frum o um espao permanente de formao.

Buscar avançar para formas alternativas de representação de empreendimentos solidários nos Fóruns Locais: via redes de setor econômico ou territorial; via cadeias; via núcleos locais de articulação de empreendimentos e assessorias nos bairros e comunidades, entre outras

Pontuação diversa do critério, estados com formas alternativas de representação: AM, AC, RR, BA, MS, MG, SC, AL, CE, SE, MA, RN e PI.

Identificar, valorizar e socializar as conquistas alcançadas no movimento de economia solidária

A maioria segue o critério, apenas os fóruns: TO, RR, DF, MT, SC, AL mantém dificuldades.

Já nos critérios com pontuação menor, que precisam ser melhorados e atendidos pela maioria dos fóruns foram:

Critérios obrigatórios e de reconhecimento de um fórum local

Ter e manter um fundo de manutenção do Fórum Local, com contribuições de seus integrantes

Esse é o terceiro critério de maior dificuldades dos fóruns, é o critério com menor pontuação dentre os critérios obrigatórios. Apenas os estados de ES, MA e RN mantém um fundo. Alguns fóruns locais também mantêm uma pequena mensalidade ou outra estratégia de fundo.

Ter secretaria executiva

Há diversos estados que mantêm esta estrutura em atividade, como: RR, DF, MG, SC, PR, MA e RN e podem servir de exemplo para os fóruns que ainda não conseguiram organizar sua secretaria. É um trabalho muito importante para assegurar relatorias, memória, organização de documentos, comunicação e ponto de referência do fórum, significa uma maior profissionalização de nossa organização. A dificuldade se coloca em não sobrecarregar alguns representantes e de manter o trabalho voluntário da função. Alguns estados utilizam a própria coordenação como secretaria, mas isso tende a sobrecarregar os representantes e dificultar o trabalho de coordenação.

Ter uma Carta de Adesão para novos integrantes ao Fórum Local

Instrumento importante para firmar o compromisso e responsabilidade dos membros. Os estados de AM, AC, RO, RR, MS, PR, CE, SE e PI atendem ao critério. Alguns fóruns até tem a carta, mas não a utilizam no cotidiano. Além da carta, outros instrumentos que são usados para referendar novos integrantes nos fóruns enquanto atores/atrizes de economia solidária são: ter o aval de um membro antigo, plenária que avalia as novas participações e mesmo visita ao empreendimento ou entidade, caso não haja algum respaldo.

Ter e manter um cadastro dos empreendimentos, entidades e redes do Fórum Local

Critério importante para sabermos quantos e quem somos, além de informação que ajuda na articulação do movimento e de cobrança por políticas públicas.

Diversos estados mantêm o cadastro: PA, AM, RR, RO, GO, ES, RJ SC, PR, CE, SE, PB, PI

Garantir que cada empreendimento, cadeia, rede ou entidade de assessoria que venha a receber apoio financeiro devido a políticas públicas para o setor da Economia Solidária busque retornar uma porcentagem dos recursos adquiridos para o Fórum Local que pertence

Cr terio pior pontuado, principalmente devido a dificuldade burocrática de viabilizar o cr terio, haja visto que nos itens de despesa de projetos isso não   viável de ser inserido. Uma saída colocada e praticada   dos projetos em execução viabilizarem a realização de reuniões do fórum. Apenas os fóruns de AM, AC, RR, RO atendem ao cr terio.

Ter um processo de certificação dos produtos da economia solidária a partir da implantação do SNCJS

Cr terio pior pontuado, o que mostra a necessidade de iniciar processos de implantação do SNCJS. Muitos fóruns ainda não se apropriaram do tema. Apenas RO, AM e SP pontuaram bem o cr terio.

Propor políticas públicas na sua região de abrangência; acompanhar, monitorar e articular as demandas de políticas públicas ligadas ao tema, de forma articulada com os conselhos de economia solidária (onde já existirem)

Há dificuldades neste acompanhamento, mas muitos fóruns conseguem realizar a incidência, como: AP, PA, AM, RR, RO, MG, ES, SP, RJ, MT, PR, BA, CE e MA.

Dar apoio para os representantes da coordenação nacional articularem as microrregionais

Diversos estados conseguem atender: AP, PA, AM, AC, AL, BA, SE, MA e RN. Por meio de projetos e parcerias. A dificuldade neste cr terio relaciona-se a sustentabilidade e a ausência de secretaria executiva nos fóruns.

Buscar o aumento de entidades de assessoria para aumentar a quantidade de profissionais assessorando empreendimentos na sua região de abrangência

Os estados que atendem ao cr terio são: TO, PA, AM, AC, RR, RO, AL, CE, MA, PB, PI, PR e MS.

4. Debate sobre a criação do Selo da Economia Solidária

Nos Encontros esta pauta partiu de uma apresentação geral sobre a proposta do selo, que tem o objetivo de diferenciar e identificar os produtos que são da economia solidária, uma referência do processo de produção autogestionária e não do produto ou da qualidade. A proposta é que o selo seja um processo a ser feito pelos fóruns com base em cr terios claros, sem requerer capital, mas seguindo os princípios da economia solidária, aonde o fórum atesta que o produto foi produzido com base no trabalho coletivo, por trabalhadores/as livremente associados.

Nos debates levantou-se a necessidade de não gerar mais normas e obrigações junto aos empreendimentos, mas de ter uma identidade que beneficie os empreendimentos que realmente são coletivos e não seja apropriada pelo capitalismo. A importância do tema ficou maior com a assinatura do decreto do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SNCJ) e da visualização de que esta é uma estratégia para fortalecermos a nossa identidade, o consumo responsável, a ação dos fóruns, a divulgação na sociedade e o relacionamento com o consumidor.

Em todos os Encontros Regionais avaliou-se que este tema ainda precisa ser mais apropriado pela base, inclusive com falas de que ainda não estamos prontos para lançar um selo e de termos a precaução do selo não ficar como um clube fechado, ou seja, 'selo dos amigos'.   um desafio desmistificar o tema e implementá-lo.

Como encaminhamento todos os Encontro Regionais tiraram de retornar a pauta aos estados, para ler o documento base e discutir como tratar da pauta, partindo da apropriação do tema para começar a traçar ações concretas. Também foi indicado aproveitar os estados com acúmulo no tema, como SP e MG, e os 150 EES que serão piloto para adequação ao SNCJ.

O Encontro do Centro-Oeste reforçou a necessidade da Coordenação Nacional dar o andamento a este processo, para evitar que se lancem selos estaduais sem uma identidade e legitimidade com o movimento nacional. De forma similar, no Nordeste os fóruns ficaram de levar o posicionamento dos estados para a próxima reunião da Coordenação Nacional.

5. Construção de estratégias para conquistarmos a Lei da Economia Solidária

Esta pauta é fundamental se pretendemos que as políticas públicas de economia solidária se institucionalizem e tenham maior força política no governo, ultrapassando meramente a questão do local de execução da política ou de programas temporários.

Todos os fóruns locais realizaram esforços para a coleta, aproveitando momentos de feiras e formação, mas ainda há dúvidas quanto a procedimentos e prazos, o que é importante ser esclarecido para estabelecimento de prazo real para terminar a coleta. Dentre as dificuldades colocadas para a coleta no período foram: 2010 ser um ano eleitoral, necessidade do número do título de eleitor e desmobilização de alguns fóruns.

Enquanto estratégias levantadas para a coleta: formação de comitês de coleta, divisão da coleta pelos territórios, maior apropriação das bases sobre o conteúdo da lei, fazer a sensibilização para a sociedade partindo da divulgação sobre a economia solidária; ter um mapeamento dos atores da economia solidária para ajudar na coleta, convocar os parlamentares parceiros e fazer atos políticos. Isso porque é preciso uma forma de dinamizar e organizar o trabalho e as estratégias para a efetivar o número necessário de formulários preenchidos por estado.

Houve a ponderação de que será difícil aprovar a lei, devido ao formato de sistema único, sendo que as assinaturas são fundamentais para pressionar o Congresso. Outra avaliação foi de que a lei está muito geral e que se esperavam itens mais específicos, por outro lado, a proposta da lei é ser uma orientação geral para a política e dar reconhecimento, servindo para futuros parâmetros legais mais específicos.

Além disso, é fundamental criar mecanismos para forçar o andamento e efetivação da lei, estabelecendo prazos e obrigações com dispositivos que possam ser acionados pelo Ministério Público, caso não sejam cumpridos.

Foi lembrada a entrega da lei após a Marcha na II CONAES, considerando positiva a Frente Parlamentar de Economia Solidária junto aos deputados Eudes Xavier e Luiza Erundina.

Além da proposta de um prazo real da coleta, também foram propostos: ter um placar nacional de cada estado sobre a coleta; realizar no dia 15 de dezembro (dia da Economia Solidária) grande mobilização nacional pela coleta; realizar esclarecimento sobre procedimentos, prazos e caminhos para a lei de iniciativa popular; Secretaria Executiva viabilizar e disponibilizar materiais gráficos e audiovisuais para a coleta (cartilha, folder, vídeos, etc); estados e municípios estabelecerem metas, prazos e realizar caravanas.

Todos os Encontros Regionais saíram com o comprometimento da coleta e da mobilização, sendo feitos acordo de metas: Nordeste e Sul março de 2011, sendo que no Sul estabeleceu até novembro/2010 para formação de comitês e plano de

ação; Centro-Oeste prazo até julho de 2011. Também houve a definição de alguns pontos de coleta nos estados.

6. Balanço dos programas governamentais de Economia Solidária na perspectiva do movimento

Os debates sobre esta pauta foram muito ricos e diversos, tendo em vista a intensidade de programas de economia solidária executados e o envolvimento dos fóruns locais nos mesmos. Os estados puderam compartilhar como está a situação, avaliação, diálogos e resultados em torno das políticas públicas existentes. Alguns Encontros Regionais debateram os principais programas, outros discutiram a pauta de forma mais geral.

Foi consenso nos Encontros que os projetos foram criados por mobilização do FBES, cujo foco deve ser fortalecer o movimento. Mas o tempo de formulação e demanda da política e depois no tempo da execução houveram mudanças e um longo período até efetivar as ações, sem necessariamente ter alcançado as expectativas iniciais.

De modo geral houveram retornos importantes nas políticas de fomento, formação, estudos e divulgação, com apoio aos empreendimentos através de assessorias, o que foi positivo, e também que se avançou na construção da relação governo sociedade de forma dialogada e propositiva, o que contribuiu para uma nova cultura baseada na participação democrática e no controle social sobre o Estado.

Por outro lado, também se ponderou que muitas políticas foram criadas sem diálogo com o movimento, com pautas e decisões unilaterais que não contemplam a necessidade das bases. E políticas que não alcançam o país de forma equilibrada, contemplando todos os estados e regiões.

Um ponto muito debatido foi a relação entre EES e Fóruns Locais com as entidades executoras de programas públicos e projetos, sendo colocada a questão dos interesses e da correlação de forças entre estes atores na execução das atividades. Muitas vezes cada entidade compreende a execução dos projetos de modo unilateral, o que teve como proposta nos Encontros dos projetos serem executados em diálogo com os fóruns locais, para que neste espaço sejam dadas as diretrizes de execução e necessidade das bases e, conseqüentemente, fortalecendo os fóruns. Por outro lado, os projetos não têm que deixar para a base a responsabilidade de articular os programas, visto que eles já vêm com concepções separadas.

Na avaliação sobre a atuação dos fóruns foi colocado que falta um maior acompanhamento e busca de mais informações e envolvimento com os programas, além da necessidade de apresentar as demandas e realizar o controle social.

Alguns fóruns estaduais tiveram a iniciativa de promover uma aproximação e diálogo entre as diversas políticas em execução, como RN e RS, isso enquanto proposição frente às críticas dos programas serem isolados, fragmentados e com atividades semelhantes.

Já com relação às entidades executoras foi avaliado que um entrave é a rotatividade dos executores das políticas; a falta de conhecimento sobre economia solidária junto a algumas entidades nos estados, e que apesar da conquista da contratação de muitos profissionais que atuam com economia solidária, a maioria não estava articulado estrategicamente com o FBES nas regiões e estados, no sentido de colocarem em sinergia ações e atividades, potencializando os investimentos e resultados esperados.

No Centro-Oeste a entidade executora do programa Brasil Local foi avaliada como distante dos fóruns e sem comprometimento com o movimento, a mesma crítica foi colocada para a entidade executora no Nordeste II. Também no Centro-

Oeste foi colocado que as incubadoras não tem articulação direta com fóruns, sendo sugerido um estreitamento de diálogo. Por outro lado, o CFES e a Comercialização Solidária conseguiram fortalecer o movimento nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, também citados por outras regiões.

O mapeamento teve envolvimento dos fóruns locais na maioria dos estados, principalmente devido a comissão gestora estadual.

Na constituição da rede de formadores com impulso do projeto CFES, na época dos Encontros, estavam em sensibilização e organização, ainda sem contar com uma rede identificada e estruturada.

Na questão da estruturação das políticas foi avaliado que é baixo o envolvimento dos empreendimentos na execução das políticas, relacionado à falta de informações e comunicação junto aos fóruns e EES, e ainda, que as políticas não atingem diretamente os EES com investimentos e capital de giro, o que é uma necessidade crescente. Outros aspectos levantados foram: políticas fragmentadas, isoladas e muito exigentes, que não atuaram para fortalecer o movimento, mas a economia solidária, além de críticas sobre a burocracia para repasse e gestão. Apesar do formato por editais permitir uma seleção aberta e mais democrática, por outro lado, gera competição e divisão entre entidades e no movimento.

Políticas territoriais, PPA e PNAE também foram avaliadas, sendo que as ações de PAA e PNAE foram bem avaliadas na medida em que atendem diretamente os empreendimentos rurais e ajudam na organização dos agricultores, e em alguns estados os fóruns são os articuladores destas políticas.

Como propostas aos programas de modo específico:

CFES: transformar em política pública, numa escola permanente de economia solidária, proposto pelo Centro-Oeste.

Brasil Local: divulgar de modo claro quem são os agentes e as ações efetuadas; participação do fórum na indicação e escolha dos agentes; auxiliar na interiorização e articulação dos fóruns; construir planos de trabalho junto com os fóruns locais e manter participação.

Finanças Solidárias: discutir o processo educativo para as finanças solidárias.

PAA/PNAE: assessoria técnica para produção agroecológica, simplificar burocracias, vigilância sanitária adequada a realidade dos EES, mais envolvimento dos gestores no planejamento com a agricultura familiar.

Em resumo, as propostas gerais colocadas pelo Encontros foram:

- Maior diálogo entre programas e fóruns locais, para não ocorrer sobreposição de atividades e ações e centralidade junto as entidades executoras;
- Haver um canal constante de diálogo entre FBES e Senaes na construção e desenvolvimento das políticas, com garantias e acordos;
- Maior fiscalização sobre a aplicação dos recursos e avaliação dos resultados alcançados nos 8 anos de Senaes, também pelos conselheiros do FBES;
- Editais:
 - Maior divulgação e transparência nos editais e na escolha das entidades, além de ter como pré-requisito a socialização da informação nos fóruns locais;
 - Recursos diretos para os EES, criando mecanismos para viabilizar isso, como ocorre, por exemplo, com os pontos de cultura;
 - Especificar nos editais a participação nos fóruns como critério e pré-requisito de validação e pontuação na avaliação dos projetos;

- Pensar em um novo modelo e estrutura de execução das políticas com a sociedade civil, que não gere disputas nas bases e já articule, integre programas, ações e demandas desde a origem;
- Os fóruns devem ser o espaço de articulação das políticas com as necessidades dos EES e das bases, o espaço principal de concertação das ações;
- Senaes conhecer mais sobre a realidade dos EES e suas necessidades, com a execução de atividades junto aos atores locais. E que na região Norte haja um maior equidade da distribuição dos projetos, considerando também o custo amazônico das distâncias;
- Que hajam técnicos concursados para dar continuidade as ações públicas;
- Maior interação e dialogo entre fóruns e entidades, com participação das entidades no fórum, apresentando os novos projetos antes de encaminhá-los, para contribuições e diretrizes das bases;
- Ter um articulador estadual em cada programa e construir estratégias para que os programas fortaleçam o movimento;
- FBES articular parceria nacional com a Recid;
- Retornar esta discussão a Reunião da Coordenação Nacional, e que a Coordenação Executiva mantenha diálogo com as entidades executoras nacionais.

Por fim, é importante ressaltar que para a realização destes Encontros Regionais poucos foram os fóruns estaduais que realizaram uma adequada preparação e debate estadual antes do Encontro, conforme havia sido colocado como condição para a participação, em documento preparatório enviado com antecedência. Esperamos que para os próximos Encontros seja possível efetivar a representatividade e o acúmulo dos debates.

Ao final dos Encontros, os estados levaram para suas bases a tarefa de socializar os debates e reflexões, bem como de efetivar os encaminhamentos firmados.

Para acessar as atas, cartas publicizadas e outros documentos dos Encontros Regionais de 2010 acesse a página na internet: <http://miud.in/kkP>

ANEXO: Planilha com a pontuação realizada pelos Fóruns Estaduais sobre os critérios obrigatórios e de reconhecimento e os critérios não obrigatórios e de avaliação, ambos definidos na IV Plenária.

Para facilitar a leitura estão em vermelho os critérios com pontuação baixa (0 a 1,4), e em branco com pontuação alta (1,5 a 3), além de média entre os estados por critério e subtotal da pontuação por estado.

Critérios obrigatórios e de reconhecimento	Norte							Centro-Oeste				Sudeste				Sul			Nordeste											Média
	AP	TO	PA	AM	AC	RR	RO	MT	DF	GO	MS	MG	ES	RJ	SP	RS	SC	PR	AL	BA	CE	SE	MA	RN	PB	PE	PI			
Democracia interna nas tomadas de decisão com base nos regimentos internos e carta de princípios do FBES (reuniões, atas, plenárias periódicas, entre outros).	3	1	2	2	2	3	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	3	1,7	2	2	3	2	2	3	2	2	2	2,026		
Orientar suas ações e mobilizações em torno das bandeiras do FBES.	2	2	2	2	2	1,5	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	2,5	3	2	3	2	2	2	2	1	1	2,074		
Ter secretaria executiva.	0	0	0	0	1	2	1	1	3	1	1	2	0	3	1	0	3	2	0	1	0	0	2	3	0	1	0	1,037		
Garantir a ampla socialização dos debates e informações na sua região de abrangência.	2	1	1	2	3	3	2	1	3	1	1	3	3	2	2	1	3	1,8	2	3	1	1	2	2	2	2	2	1,956		
Existir apenas um Fórum Local em sua região de abrangência (ou seja, apenas 1 fórum por estado, por microrregião, por município, etc.).	3	3	3	3	1	3	2	3	3	3	3	3	1	0	3	3	3	3	1	3		2	3	3	3	3	3	2,481		
Ter e manter um fundo de manutenção do Fórum Local, com contribuições de seus integrantes.	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	1	0,407		
Garantir a participação, no mínimo de 50% das mulheres como representantes dos empreendimentos e das entidades nas instâncias do Fórum Local.	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	2	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2,852		
Ter uma Carta de Adesão para novos integrantes ao Fórum Local.	0	0	0	3	3	3	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	3	0	0	0	1	3	0,963		
Ter e manter um cadastro dos empreendimentos, entidades e redes do Fórum Local.	0	1	3	3		3	3	0	1	2	1	0	2	3	1	0	0	3	3	1	2	2	0	0	2	0	2	1,407		
Garantir a qualidade das suas representações, tanto para levar deliberações do estado quanto para repassar decisões nacionais ao FEES. Além disso, garantir que suas/seus representantes não representem apenas o seu segmento, mas o conjunto do Fórum Local, e evitem acumular muitas funções de representação.	3	1	3	3	2	3	3	1	1	1	2	2	2	2	2	2	3	0	3	2	3	2	2	2	2	2	2	2,074		
Dialogar e articular-se com outros Fóruns Locais de economia solidária (de outros estados ou regiões).	1	2	3	3	3	0	1	2	2	1	3	1	2	1	1	2	0	1,8	3	3	1	2	1	1	0	2	1	1,622		
Composição diversa, com a presença e compromisso dos diversos atores da Economia Solidária na sua região de abrangência.	1	2	3	3	3	2	1	2	2	2	2	2	3	2	3	2	2	1	2	2	2	1	3	3	2	2	2	2,111		
Subtotal	18	16	23	27	22	26,5	23	16	21	18	24	19	23	20	19	17	23	21,8	22	23	20	20	22	24	18	19	22	1,75		

Critérios não Obrigatórios e de avaliação	Norte							Centro-Oeste				Sudeste				Sul			Nordeste										Média
	AP	TO	PA	AM	AC	RR	RO	MT	DF	GO	MS	MG	ES	RJ	SP	RS	SC	PR	AL	BA	CE	SE	MA	RN	PB	PE	PI		
Ampliar a articulação com outros atores e fóruns de outras temáticas da região de abrangência (incluindo os de políticas territoriais do MDA/SDT) para construção de propostas e lutas conjuntas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local, conhecendo e se envolvendo com a conjuntura dos movimentos sociais, das lutas e dos problemas enfrentados no campo de atuação da economia solidária.	2	1	2	3	3	1	1	2	1	2	2	1	2	2	1		1	1	3	1	1	2	3	1	1		3	1,7	
Propor políticas públicas na sua região de abrangência; acompanhar, monitorar e articular as demandas de políticas públicas ligadas ao tema, de forma articulada com os conselhos de economia solidária (onde já existirem).	2	0	3	3		2	2	2	0	0	0	3	2	2	0		1	2	1	2	2	1	2	0	1		1	1,4	
Ser um espaço que aglomere diferentes forças e sujeitos do campo da economia solidária na sua região de abrangência.	2	1	3	3	1	1	2	2	0	2	2	2	3	3	3		2	1,2	3	2	2	1	1	2	1		2	1,9	
Garantir que cada empreendimento, cadeia, rede ou entidade de assessoria que venha a receber apoio financeiro devido a políticas públicas para o setor da Economia Solidária busque retornar uma porcentagem dos recursos adquiridos para o Fórum Local que pertença.	0	0	0	3	2	3	2	0	0	0	0	0	1	0	0		0	0	0	0	0	0	1	0	0		1	0,5	
Ser um espaço de formação dos militantes da economia solidária: Realizar encontros e oficinas específicos de capacitação de seus integrantes, conscientizar seus integrantes de que fazem parte de um movimento social e estimular que conheçam os outros movimentos sociais da sua região de abrangência.	3	2	1	3	2	3	1	1	0	3	3	2	2	2	2		2	2	2	1	2	2	2	2	2		2	2,0	
Buscar avançar para formas alternativas de representação de empreendimentos solidários nos Fóruns Locais: via redes de setor econômico ou territorial; via cadeias; via núcleos locais de articulação de empreendimentos e assessorias nos bairros e comunidades, entre outras.	0	0	1	3	2	3	1	1	1	1	2	2	1	1	1		2	0	2	3	2	2	2	2	1		2	1,5	
Buscar o aumento de entidades de assessoria para aumentar a quantidade de profissionais assessorando empreendimentos na sua região de abrangência.	1	2	1,5	3	2	2	2	0	0	1	2	0	1	0	1,5		2	0	3	1	3	2	2	1	2		2	1,5	
Identificar, valorizar e socializar as conquistas alcançadas no movimento de economia solidária.	3	1	3	3	3	0	3	1	0	2	3	2	3	3	1,5		0	2	1	2	2	2	2	2	2		2	1,9	
Ter um processo de certificação dos produtos da economia solidária a partir da implantação do SNCJS.	0	1	0	3	0	0	2	0	0	0	0	1	1	0	2		0	0	0	1	0	0	1	0	0		1	0,5	
Dar apoio para os representantes da coordenação nacional articularem as microrregionais.	3	1	2	3	2	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1		0	0	2	2	1	2	2	2	1		1	1,2	
As coordenações estaduais terem representantes das microrregiões.	1,5	1	3	3	3	0	1	2	0	3	3	3	2	3	2		2	0	3	3	0	3	3	3	3		3	2,1	
Subtotal	17,5	10	19,5	33	20	15	17	11	2	15	18	17	19	16	15		12	8,2	20	18	15	17	21	15	14		20	1,5	